

FATOS EMPÍRICOS

Claudio Ferreira COSTA
PUC-RJ/CNPq

RESUMO

O propósito deste artigo é mostrar que os argumentos filosóficos alinhados para evidenciar que inexistem fatos empíricos - entendidos como aqueles presentes no mundo real não são legítimos. Ao menos os fatos designados por enunciados observacionais afirmativos são estados de coisas reais. Sugere-se que a crença de que todo o fato possui status do que é dito por enunciados verdadeiros origina-se de uma generalização indevida, para o caso acima, do que efetivamente deve ocorrer no caso de fatos não-empíricos (formais, negativos, condicionais, etc.).

ABSTRACT

In this paper it is argued for the illegitimacy of arguments developed in order to prove the inexistence of empirical facts - which are those existing in the real world. At least the facts indicated by affirmative observational statements are real states-of-affairs. The Author suggests that the belief that all facts have the status of what is said by true sentences has its origin in an unsuitable generalisation of what should occur in the case of non-empirical facts (formal, negative, conditional, etc.).

Com a questão "O que são fatos?", podemos querer saber duas coisas: a) "Qual a estrutura daquilo que chamamos de fatos?"; b) "Que tipo de entidade eles são?". É com esta última questão, a questão do *status ontológico* dos fatos, que tem a ver o problema com o qual nos ocuparemos.

A discussão da última questão tem girado em torno de duas posições básicas. A primeira é daqueles que crêem que fatos são, em um sentido primário, algo como situações ou estados de coisas objetivamente dados, constituintes não lingüísticos do mundo empírico. Chamarei a este ponto de vista de concepção lexical de fato, dado que é esta a maneira como a palavra se encontra definida nos dicionários. Tal concepção foi aceita por Russell, pelo Wittgenstein do *Tractatus*, e, em tempos mais recentes, argumentativamente defendida por Austin.

A segunda posição é a dos que defendem possuírem os fatos uma natureza não-empírica, lingüisticamente determinável. Segundo a versão realista de Frege, fatos são pensamentos (conteúdos proposicionais) verdadeiros. Segundo a versão convencionalista de P. F. Strawson, A. N. Prior e outros, fatos são entidades intra-lingüísticas. Construções lógicas para Prior. Correlatos pseudo-materiais para Strawson.

Há também posições intermediárias, que buscam conciliar o que parece virtualmente inconciliável. Günter Patzig, por exemplo, alega que os fatos possuem uma estranha natureza dupla, mantendo um pé no mundo real, sem deixar de equilibrar o outro no mundo dos signos, mas isso soa como um recurso *ad hoc* de coerência questionável(1). Alan White, em uma explicação suspeita de verbalismo, sugere que a noção de fato não se aplica nem a itens no mundo, nem ao que é dito sobre o mundo, mas ao que o mundo é, a como as coisas, necessária ou contingentemente, são(2). Respostas como essas são pouco plausíveis, mas servem para reforçar a suspeita de que o problema contém complexidades que descartam uma solução maniqueísta.

É comum, em filosofia, que uma questão de detalhes, quando problemática, venha a ser resolvida segundo as conveniências da perspectiva sistemática à luz da qual ela é

tratada. A concepção lexical de fato, um truísmo jamais posto em questão por não-filósofos, embora brilhantemente defendida em "Unfair to Facts", o artigo-resposta de Austin a Strawson, tem ultimamente perdido terreno para a concepção concorrente. Sugiro que na origem deste insucesso esteja, menos o equilibrado pesar dos fatos, do que, em alguns casos, a intenção de defender uma concepção não-correspondencial da verdade, e, em outros, o receio de que a aceitação da definição lexical nos faça retornar a algo como uma concepção pré-kantiana do conhecimento. Assim é que Tugendhat nas *Vorlesungen* e Habermas em seu artigo sobre a verdade acolhem quase sem discussão a tese da determinação lingüística, o primeiro com base em argumentos fregeanos, o segundo retomando argumentos de Strawson, mas ignorando as repostas de Austin(3). A suposição subjacente ao que aqui escrevo é a de que tais filósofos, embora com as melhores intenções, acumularam mal-entendidos que de tal forma perverteram nossa compreensão do uso normal da palavrinha 'fato', que perdemos a capacidade de vê-la como uma entidade lingüística responsável, capaz de cumprir com as suas obrigações semânticas. Cabe pois recuperá-la para a linguagem.

Nas notas que se seguem pretendo adicionar algumas considerações a favor da idéia de que existem fatos essencialmente pertencentes ao mundo dito empírico. Não obstante, antes de passarmos a elas é necessário chamarmos atenção para algumas importantes restrições no escopo da argumentação. Podemos com a palavra 'fato' querer dizer coisas diferentes: ela tem diversos modos de aplicação, diversos sentidos. Assim, 'fato' é uma palavra normalmente aplicável àquilo que enunciados ditos analíticos se referem, como os da lógica e da matemática. Podemos dizer que a lei do terceiro excluído ou que o teorema de Pitágoras são fatos (fatos formais). Também é freqüente dizermos que um certo fato não ocorreu, como o fato da grama não ter sido aparada (fato negativo); ou que teria ocorrido se certas condições tivessem sido preenchidas, como o fato de que se a grama tivesse sido aparada ela teria uma aparência uniforme (fato condicional). Podemos perfeitamente dizer que é um fato que todos os cravos têm perfume (fato universal) e outro que existem rosas brancas

(fato existencial).(4) Em nenhum destes sentidos da palavra pretendemos defender que ela faça referência a alguma coisa especificável como existente no mundo real, e consideramos uma questão em aberto, exceto para fatos expressos por enunciados analíticos auto-evidentes, saber em que medida concepções como as de Frege e de Strawson são adequadas a eles. Nosso ponto é o de que, ao menos no caso dos enunciados afirmativos singulares (predicativos ou relacionais) de tipo *observacional*, a concepção lexical é aplicável, sendo a assimilação deste último caso aos casos acima uma primeira fonte de confusões. Se esse ponto nos for concedido, isso deverá bastar para, ainda que com algumas baixas, conceder-se vitória à concepção lexical, uma vez que, por sua relação com aquilo que verifica, é justamente este o caso decisivo.

I

É instrutivo começarmos considerando um velho argumento a favor da determinação lingüística, a evidenciação de uma *certa sinonimidade* entre a palavra 'fato' e expressões como 'pensamento verdadeiro' ou 'enunciado verdadeiro' com base na intersubstitutibilidade de suas ocorrências. Podemos tomar como referência os dois exemplos seguintes: a frase "É um fato que o sol é vermelho" pode ser substituída pela frase "É verdade que o sol é vermelho" sem que o valor-de-verdade se altere, o mesmo acontecendo com a frase "O que ele afirma [diz, enuncia, pensa] é um fato", a qual pode ser substituída por "O que ele afirma [diz, enuncia, pensa] é verdade".

Austin aplicou alguns artifícios para mostrar que semelhante intersubstitutibilidade não evidencia certa sinonimidade, mas, no máximo, uma já esperada relação de implicação. O mais instrutivo é o seguinte. Se a frase (a) "O que ele afirma é verdadeiro", por exemplo, tivesse o mesmo sentido que a frase (b) "O que ele afirma é um fato", então a substituição de 'o que ele afirma' por 'sua afirmação', que pode ser realizada na frase (a) sem alteração em seu sentido, poderia ser realizada na frase (b) com idêntico resultado. Mas tal não se dá. A frase (b'), resultante desta substituição é: "Sua afirmação [seu dizer, enunciar, pensar] é um

fato”; - uma frase que, ou não tem sentido algum, ou, se quisermos lhe dar um significado, terá um que nada tem a ver com o original, pois referir-se-á ao fato de termos tido um certo pensamento ou ao fato de um proferimento ter-se realizado.(5)

É curioso ver até que ponto a admissão de um outro truísmo lexical, a definição de verdade como correspondência com o fato, faz aparecerem novas dificuldades. Já foi notado que um enunciado como “O que ele afirma é verdadeiro se é um fato” parece dizer mais do que a tautologia trivial “O que ele afirma é verdadeiro se é uma afirmação verdadeira”. Além disso, enquanto a frase “O que ele afirma é verdadeiro se corresponde a um fato” forma um enunciado significativo, “O que ele afirma é um fato se corresponde a um fato” é uma frase de inteligibilidade duvidosa. E a estranheza disso torna-se suficientemente paradoxal se considerarmos que a segunda ocorrência da palavra ‘fato’, ao identificar-se com uma afirmação verdadeira, permite o emprego recursivo da afirmação de que este fato corresponde a um outro, e assim *ad infinitum*. A possibilidade de semelhantes construções pode ser eliminada pela simples recusa da aceitação de uma sinonimidade entre pensamento verdadeiro e fato, embora também pela alegação, dificilmente justificável, de que a definição lexical de verdade é mero idiomatismo, por misteriosa coincidência presente nos mais diversos idiomas.

Podemos também, o que é mais interessante, argumentar mostrando que o predicado ‘é verdadeiro’ se aplica a algo mais próximo às nossas formas lingüísticas do que o predicado ‘é um fato’. Suponhamos que a frase assertiva (i) “O sol é vermelho” seja expressa - de modo a acentuar o elemento lingüístico com a frase (ii) “A sentença [o enunciado] ‘O sol é vermelho’ é verdadeira (verdadeiro)”. Esta última frase é significativa e preserva toda a força assertórica da primeira. Mas, se substituirmos o predicado ‘é verdadeira’ por ‘é um fato’, tendo como resultado a frase (iii), “A sentença ‘O sol é vermelho’ é um fato”, nós não só eliminamos a força assertórica da frase (i), quanto fazemos com que o todo perca seu sentido original. Só a definição lexical explica isso, pois ela nos permite sugerir que, enquanto na frase (ii), sendo

a verdade predicada de algo lingüísticamente determinado - o que a frase diz, o enunciado, o pensamento - a mesma predicção se mantém, mesmo com a ocorrência de tal acentuação, na frase (iii) a acentuação do elemento lingüístico de (i) teria ***excluído a possibilidade de referência àquilo que não é lingüísticamente determinado, o correlato extralingüístico, o fato***, eliminando a possibilidade de que o predicado 'é um fato' o designe, deixando-se com isso de se preservar o sentido do todo e a força assertiva da frase original.

Essa conclusão nos faz pensar na razão pela qual na frase:

(a) "O que ele afirmou é verdadeiro",

podemos substituir 'o que ele afirmou' por 'sua afirmação', tendo como resultado uma frase (a') "Sua afirmação é verdadeira", sem que a proximidade semântica entre ela e a frase

(b) "O que ele afirmou é um fato",

se altere, enquanto que, se a mesma substituição for efetuada na frase (b), a frase resultante (b') "Sua afirmação é um fato", perderá sua proximidade semântica em relação à frase (a).

Sob o suposto das considerações anteriores e da definição lexical de verdade, a razão da perda da proximidade semântica torna-se um tanto óbvia. 'o que ele afirmou' é uma expressão nominal ambígua: ela pode referir-se tanto a (i), o conteúdo descritivo que na frase da outra pessoa é asserido como verdadeiro, quanto a (ii), o correlato que torna tal conteúdo verdadeiro, o fato. Como o predicado 'é verdadeiro' aplica-se a algo lingüísticamente determinado, ele aplica-se a (i) em (a), *i. e.*, ao que geralmente é aceito como sendo o "portador" da verdade. Já em (b), o predicado 'é um fato' deve aplicar-se somente à referência (ii) da expressão nominal 'O que ele afirmou'. Acresce-se a isso que a proximidade semântica entre as frases (a) e (b) deixa-se explicar como sendo devida à equivalência lógica entre elas, a qual só existe sob a condição de que (b) seja interpretada no sentido que ela deve possuir se o predicado 'é um fato' for aplicado à referência (ii) da expressão nominal 'o que ele afirmou', pois essa implica

a predicação de verdade da referência (i) da ocorrência da mesma expressão na frase (a), além de, se justificada, ser por ela implicada.

Consideremos agora a expressão nominal 'sua afirmação'. Tal expressão refere-se apenas a (i), isto é, a um conteúdo descritivo asserido como verdadeiro, mas não a (ii). Ora, quando substituímos em (a) 'o que ele afirmou' por 'sua afirmação', o predicado 'é verdadeiro' na frase resultante (a') continua a aplicar-se a (i). Já ao substituirmos em (b) 'o que ele afirmou' por 'sua afirmação', como a essa última expressão falta a referência a (ii), o predicado 'é um fato' na frase resultante não tem mais como aplicar-se a ele. Assim sendo, a frase (b') só pode ser tornada inteligível se o predicado 'é um fato' se aplicar à referência (i) da expressão nominal. Mas isso impossibilita que se mantenha a equivalência entre a frase (b') e as frases anteriores, promovendo a suspensão da esperada proximidade semântica.

II

No que se segue consideraremos argumentos de espécie não-técnica, relacionados apenas aos contextos ordinários de aplicação da palavra, de modo a deixar que os fatos, por assim dizer, falem por si mesmos.

O argumento mais difundido é talvez o que apela para a conjunção 'que', a chamada "cláusula-que" ("that-clause"), que com certa frequência precede a enunciação do fato. A maneira mais eficaz de apresentá-lo é, como o fez Günter Patzig (6), a que contrasta a palavra 'fato' com palavras que servem para designar episódios datáveis e localizáveis, como 'ocorrência' e 'evento', as quais não costumam admitir a "cláusula-que". Segundo esse raciocínio, 'o evento da travessia do Rubicão por César' é datável e localizável, enquanto que 'o fato de que César atravessou o Rubicão' ainda hoje existe, donde se poderia concluir que a "cláusula-que" serve para assinalar o caráter intralingüístico, não espaço-temporal do fato.

Há aqui uma variedade de questões a serem aclaradas. Uma questão preliminar é a de se saber se a palavra 'fato' tem um

sentido diverso - supostamente intralingüístico - quando vem acompanhada da "cláusula-que". A resposta é negativa, uma vez que as transformações anteriormente exemplificadas podem ser também evidenciadas em frases com a "cláusula-que". Podemos, por exemplo, dizer "'Que o sol é vermelho' é uma sentença verdadeira [um fato]" e "É verdade [um fato] que ele tenha afirmado o que afirmou". Com ou sem a "cláusula-que" o sentido da palavra 'fato' permanece essencialmente o mesmo.

As outras questões dizem respeito à objeção da não espaço temporalidade dos fatos. São os fatos ditos empíricos-não espaço-temporais - à diferença de eventos e ocorrências - ou trata-se de um mero efeito sugestivo, do efeito quase hipnótico que certos exemplos, argumentos e construções textuais exercem sobre nós?

A objeção pode ser de certo modo respondida pela simples apresentação de contra-exemplos: "o colapso dos germânicos", escreve Austin, "é um evento e é um fato - foi um evento e foi um fato"(7). É perfeitamente adequado dizer que o fato do muro de Berlim ter sido derrubado se deu na Alemanha e que tal fato só passou a existir depois da ocorrência de sua derrubada; que eu ontem fui ao barbeiro é um fato que me ocorreu ontem; que meu cabelo foi cortado é visivelmente um fato. Uma expressão como 'o fato de César ter atravessado o Rubicão' expõe um caso enganador. A frase parece descrever um fato - o da travessia de um rio - o qual equivale a um certo evento - o da travessia do mesmo rio - o que é precisamente localizável e datável para uma certa noite do ano de 49 a. C. Na verdade, a expressão 'a travessia do Rubicão por César' pode ser interpretada como um "signo" convencionalmente determinado, descritivo da situação histórica complexa, real e duradoura, decorrente da decisão de César de voltar-se contra Pompeu, um fato do qual podemos adquirir conhecimento mais e mais preciso pelo acréscimo de informação histórica. Mesmo que um tal fato não seja tão precisamente datável e localizável, parece perfeitamente correto dizer-se que ele se deu na fronteira com a Itália e no primeiro século antes de Cristo, não sendo menos correto dizer-se que ele se deu no ano

49 a. C. Também a objeção de que fatos não têm duração, como as ocorrências, pode ser respondida por meio de exemplos: não há nada de errado em se dizer que a existência de conflitos religiosos na Irlanda do Norte é um fato que ainda hoje persiste. A afirmação de que fatos empíricos não são datáveis nem localizáveis não se funda pois em nossa efetiva intuição lingüística, mas na assimilação desta espécie de fato a espécies não empíricas, como é o caso do fato expresso pelo teorema de Pitágoras, obviamente nem datável nem localizável. A possibilidade de dizermos de um fato, que ele, uma vez um fato, será sempre um fato, não é pois início da eternidade dos fatos, mas um modo meramente retórico de nos reportarmos à inalterabilidade dos acontecimentos passados.

A verdadeira distinção entre fatos, eventos, ocorrências, etc., pode ser melhor esclarecida se começarmos por estabelecer certos âmbitos de aplicação de palavras com função semelhante. Consideremos os dois seguintes grupos de palavras: (a) 'circunstância', 'situação', 'estado de coisas'; (b) 'evento', 'ocorrência', 'processo', 'acontecimento'. Qual a diferença entre eles? A resposta é que o grupo (a) designa o que *não se altera no tempo*, o que em sua existência permanece como é, enquanto que o grupo (b) designa o que *se altera no tempo*. Podemos nos perguntar também sobre a relação entre o âmbito de aplicação da palavra 'fato' e o das palavras acima. Considere-se aquilo que é designado pelas palavras de ambos os grupos. Quais são também fatos? No caso do grupo (a) é certo que *tudo* o que é designado são também fatos: a circunstância da vassoura estar no canto, o estado de coisas de que o livro se encontra sobre a mesa, a situação do trânsito estar congestionado, *tudo* isso são fatos. No caso do grupo (b) a resposta é muito semelhante: qualquer coisa que tais palavras designem, se não é fato, seguramente equivale a um fato: o evento da queda do império germânico, a ocorrência do repicar dos sinos, o processo de mudança de cor do camaleão, se não são - o que admite alguma discussão - ao menos equivalem aos fatos de que o império germânico caiu, de que os sinos repicam, de que a cor do camaleão mudou.

FATOS EMPÍRICOS

O ponto mais relevante a ser notado é, no entanto, que, como as classes formadas pelos elementos designados por (a) e (b) são mutuamente exclusivas, disso resulta que a classe dos fatos não se identifica nem com a classe (a), nem com a classe (b), mas inclui a ambas. Essas relações podem ser ilustradas por um esquema:

FATOS EMPÍRICOS

Que não incluem mudança:

(a) circunstâncias,
situações,
estados de coisas

Que incluem mudança:

(b) eventos,
ocorrências
processos
acontecimentos

Esse ponto é relevante, pois se estivermos em busca do correlato empírico verificador de enunciados, a palavra 'fato' evidencia-se como a *única suficientemente abrangente*, e, nesta medida, a mais *adequada*, pois as palavras dos grupos (a) ou (b), sendo eles exclusivos, não podem se aplicar a tudo o que verifica: que o livro está sobre a mesa não pode ser verificado por uma ocorrência, e que o camaleão muda de cor não pode ser verificado por uma situação.

Outra questão é a de se saber que espécie de equivalência é esta que sugerimos existir entre fatos empíricos e eventos, ocorrências e processos. Uma maneira de se solucionar o problema é sugerindo que a relação de equivalência acima considerada é, ao nível daquilo que se tem por referência, ao nível do *designatum* (do fato, tomado enquanto tal), uma relação de *identidade*: que a diferença entre um fato x e uma ocorrência x não se dá ao nível da referência, mas ao nível da maneira como os concebemos, ou seja, a um nível *meramente conotativo*.

Para evidenciar este ponto considere-se primeiramente a distinção feita por Wittgenstein entre fato e complexo (8): um complexo é um objeto espacial constituído de objetos espaciais e capaz de mover-se de um lugar para outro. Já dos fatos não se diz que eles se movem. Algo semelhante pode se sugerir com respeito

àquilo que entendemos com palavras do grupo (b). Há ocorrências que se alastram e processos que mudam de lugar, mas isso não se aplica a fatos. O evento da queda de uma pedra pode ser obstado, mas não o fato de sua queda. Pense-se no fato de uma partida de futebol, que se deu ontem, e no processo do desenrolar desta partida, ao qual importa o começo, o meio e o fim, e ter-se-á uma idéia das diferenças envolvidas.

A diferença básica parece ser a de que fatos não são concebidos como possuindo o caráter dinâmico de processos e de ocorrências. Eles são concebidos como sendo fixos, estáticos, inalteráveis, ao passo que a mesma referência feita por palavras como as do grupo (b) deixa-se conceber como algo dinâmico, susceptível de alterações. Tal diferença não se deve, entretanto, ao caráter não-empírico dos fatos. Ela se deve inteiramente à própria função lingüística da palavra: os fatos de que tratamos são justamente aquilo a que a linguagem atribui o papel de correlatos verificadores de enunciados observacionais. Um traço fundamental da verdade destes, bem como de qualquer enunciado, é a *pretensão de invariância*. Ora, para que ela seja preservada, é necessário que os fatos empíricos que tornam os enunciados verdadeiros sejam concebidos *como totalidades cuja estrutura é fixa, inalterável*. Em outras palavras: é condição de seu papel lingüístico de correlatos verificadores de algo com pretensão de invariância, que, a um nível conotativo, fatos empíricos sejam vistos como possuindo estruturas internas inalteráveis, além de localizações espaço-temporais em maior ou menor medida determinadas.

Diferentemente do que já foi sugerido (9), tais considerações não nos impedem de pensarmos em fatos como concatenações contingentes de elementos objetivos, como certo tipo de complexos, conquanto sua estrutura interna seja concebida como possuindo a espécie de fixidez que uma expressão como 'estados de coisas' dá a entender. Que os fatos sejam concebidos como sendo estáticos, fixos, inalteráveis, não impede que eles possam incluir mudança, como no caso dos fatos-ocorrências de que o cão mordeu a perna do carteiro e de que o camaleão mudou

de cor. Isso é possível, na medida em que a mudança é *fixada como um seu elemento*. Como notou Wittgenstein, embora um complexo móvel não seja um fato, que o complexo se move de um lugar para outro é um fato. Assim, também são fatos o de que o complexo-cão mordeu complexo-carreiro, ou o *de que* o complexo-camaleão mudou de cor ao se deslocar para uma folha cinzenta. Também é um fato o *de que* a queda da pedra *foi* obstada. A mudança é em tais casos considerada, não em si mesma, mas como elemento inalterável de uma totalidade cuja estrutura interna é invariável.

Por fim, aqui emergem questões relacionadas à localização espaço-temporal e à observação de Wittgenstein de que não se diz dos fatos que eles se movem. Embora os fatos empíricos sejam espaço-temporalmente localizados, há alguns cuja localização é apenas aproximadamente determinada, e isso pode ocorrer de diferentes maneiras. Um exemplo disso é dado pelo fato de que o filósofo Leibniz usava uma grande peruca. Aqui poderia emergir a objeção de que tratamos fatos como sendo complexos móveis: Leibniz, que usava uma grande peruca, mudava de lugar no espaço, e se esse fato é empírico, alguém poderia considerá-lo uma espécie de "fato ambulante", que por algum tempo era visível em certas regiões da Europa. Nossa resposta é que, não obstante as aparências, tal consideração é perfeitamente correta. Ela apenas não precisa, não costuma ser feita. Que certas construções lingüísticas sejam raras (e por isso soem estranhas) não quer dizer que elas devam ser incorretas. Tais construções são incomuns porque são inúteis e, por vezes, enganadoras. Podemos dizer, por exemplo, que o fato de Leibniz usar uma vasta cabeleira foi um "fato intermitente", pois ele não a usava o tempo inteiro. Mas que utilidade, que sentido possui, em condições normais, semelhante observação? Do mesmo modo, a observação de que este foi também um fato móvel é geralmente inútil, pois em que situação precisaríamos nos reportar à mobilidade do fato tomado enquanto tal? Ela pode ser também enganadora, se nos levar a confundir o fato contingente com o complexo (objeto espacial) Leibniz, do qual costumamos dizer que se move. Por razões semelhantes, não diríamos que o fato do camaleão ter mudado de

cor é móvel porque o aquário no qual ele se encontra está sobre a Terra, a qual se encontra em movimento. Quando uma concatenação móvel de elementos é tratada como fato, o fato de sua mobilidade costuma ser abstraído, e isso é tudo.

Voltemos à "cláusula-que". Austin argumentou que a conexão considerada é contingente, secundária e relativamente recente em língua inglesa, servindo para evitar construções gerundiais(10). Nossas considerações anteriores nos levam à sugestão de que a "cláusula-que" possua realmente um papel lingüístico, embora diverso daquele que os críticos da concepção lexical propõem. Enquanto construções que se seguem à palavras como 'circunstâncias', 'situações', 'estados de coisas', costumam vir precedidas da "cláusula-que", construções que se seguem a palavras designadoras do que se altera, como 'ocorrências', 'eventos', 'processos', 'acontecimentos', não se fazem preceder dela. Não seria a "cláusula-que" um dispositivo lingüístico usado justamente para enfatizar o caráter estático, próprio do *designatum* de construções com o primeiro grupo de palavras, por oposição ao caráter dinâmico do que concebemos com construções com o segundo grupo de palavras? Sendo assim, não seria a palavra 'fato' passível de associação com a "cláusula-que" pela simples razão de pertencer também ao primeiro grupo? Ha ainda uma suposição adicional, ligada à sugestão de que concebemos os fatos como algo estruturalmente fixo. Compare-se as três expressões seguintes:

- (i) a ocorrência (o evento) do repicar dos sinos
- (ii) o fato (a circunstância) de que os sinos repicam
- (iii) a ocorrência (o evento) de que os sinos repicam

Por que a expressão (iii) soa claramente distante, enquanto (i) e (ii) soam corretas? Parece então que (i) não admite a "cláusula-que" por não desconsiderar a dinâmica própria (independente do todo considerado) dos constituintes daquilo que se dá, o que é (internamente) envolvido em ocorrências e processos, e (externamente) em eventos e acontecimentos. Já na expressão (ii), o que a "cláusula-que" parece destacar é o caráter estático dos fatos, os quais não são descritos do ponto de vista da ordem

processual independente que eles possam conter, mas sob uma perspectiva estrutural que desconsidera.

A insustentabilidade da suposição de que fatos ditos empíricos sejam algo do tipo de enunciados verdadeiros torna-se mais evidente quando tomamos em consideração frases nas quais fatos são tratados como *causas* de alguma coisa. Considere-se as seguintes:

(i) O fato do fósforo ser riscado causou chama.

(ii) Ele morreu devido ao fato de ter esquecido de desligar o gás.

(iii) Pelo fato de ser feriado, hoje não há aula.

(iv) O fato de César ter atravessado o Rubicão teve relevantes conseqüências históricas.

Não parece nem um pouco compreensível como a chama do fósforo, a morte de alguém, a ausência de aula, as conseqüências históricas da travessia do Rubicão possam ter sido causadas por pensamentos ou conteúdos proposicionais. Obviamente, a admissão da existência de fatos empíricos soluciona esse tipo de problema. O riscar do fósforo foi um fato-evento causador da chama; a situação real gerada por uma pessoa ter esquecido o gás ligado provocou sua morte; a circunstância de ser feriado fez com que não houvesse aula; com a travessia do Rubicão concretizou-se um estado de coisas determinante de alterações historicamente relatáveis, etc.

Ainda uma objeção feita por filósofos como Strawson à concepção lexical (e respondida no artigo de Austin) é a de que fatos, ao contrário de coisas materiais, não podem ser criados ou destruídos, testemunhados, apontados ou evitados, chutados, consertados, vistos e ouvidos (11). Mas, tanto quanto ela se aplica, esta objeção é falha. Se os fatos são, como a concepção tradicional nos sugere, concatenações contingentes de elementos, eles devem obviamente distinguir-se de seus próprios elementos, entre os quais se encontram, supostamente, coisas materiais. Mesmo desconsiderando isso, querer que se possa dizer de fatos empíricos o que comumente se diz de coisas materiais (quebráveis, chutáveis,

consertáveis, audíveis, fixáveis por nossas vistas, etc.), é incorrer em um erro primário, que é o de *assimilar a gramática da descrição dos fatos à gramática da referência a coisas concretas*. Tanto quanto a objeção não se aplica, podemos encontrar contra exemplos. É comum invocarmos o testemunho dos fatos. A frase “O fato de que o rei estava nu foi visto por todos os que assistiam à procissão” não parece incorreta; há pois fatos, dos quais dizemos serem visíveis. Embora não habitual, pois o verbo ‘apontar’ é geralmente aplicável àquilo que se pode mostrar com o dedo, mormente objetos concretos, e a maioria dos fatos empíricos não são assim apontáveis, parece perfeitamente legítimo dizer que alguém apontou para o fato de um certo livro estar fora de seu lugar na estante, e isso não apenas em um sentido figurado. Um fato pode ser evitado: “O ato heróico de Catarina evitou que a invasão da cidade se transformasse em um fato.” Um fato pode ocorrer: “Ontem ocorreu comigo um fato desagradável”; e é possível que se produza e que se criem novos fatos.

Uma última objeção, respondida por Austin de modo bastante elíptico⁽¹²⁾, pode ser resumida na alegação de que fatos são sujeitos de operações discursivas, cognitivas, etc., podendo ser (da mesma forma que enunciados) asseridos, descritos, disputados, comentados, comunicados, provados, revisados, sumarizados, além de poderem ser aprendidos, experienciados, esquecidos, assumidos (...), enquanto que coisas, eventos e ocorrências, por não pertencerem nem à linguagem nem ao entendimento, mas ao mundo - este o *moto* intrínseco da objeção - não são passíveis de semelhante tratamento.

A objeção, ou se aplica, mas falha por desconsiderar as peculiaridades relativas à gramática própria de cada conceito, ou não é geralmente aplicável. Quanto ao primeiro caso, pode ser notado que, se não asserimos eventos, ocorrências e coisas, isso se dá simplesmente porque a relação da asserção com aquilo que a torna verdadeira a obriga a aplicar-se, como sugerimos, a concatenações estáticas e contingentes de elementos, não sendo assim que concebemos eventos, ocorrências, e muito menos coisas; e se não dizemos que aprendemos um evento, uma coisa

concreta, é pelo mesmo motivo pelo qual raramente dizemos que aprendemos um fato empírico, isto é, porque o verbo 'aprender' costuma expressar a aquisição de esquemas conceituais relevantes e reaplicáveis. Já quando razões gramaticais não estão envolvidas, os exemplos deixam de ser aplicáveis. Podemos esquecer eventos, assim como descrevê-los, comunicá-los, comentá-los. Podemos - por quê não - revisar uma conjunção de eventos aprendida, provar uma ocorrência, descrever um evento, uma ocorrência, etc.

Com respeito ao chamado *moto* intrínseco, a objeção parece repousar no provisório esquecimento de que não temos meios de acesso cognitivo ao que chamamos de mundo, exceto através da linguagem: tudo o que sabemos acerca do mundo, só é sabido através de esquemas conceituais, e aquilo que experienciamos como a ele pertencente, só pode ser, portanto, conceitualmente, lingüisticamente tratado, o que também inclui o discurso acerca de eventos, ocorrências, coisas, etc., geralmente considerados como pertencentes ao mundo. Se coerente com a sua razão intrínseca, esta *objeção* deveria ser adaptada à suposição de que nem estados de coisas reais, nem eventos, nem ocorrências, nem coisa alguma pertencente ao mundo real é passível de acesso lingüístico. Mas isso equivale a defender que o mundo real tem o caráter hipotético de uma "coisa-em-si", cuja natureza não é lingüisticamente acessível, o que contradiz a própria gramática do que todos nós entendemos com palavras como 'realidade', 'objetividade', 'empiricidade', 'mundo', etc. Por outro lado, se aceitamos que temos acesso lingüístico a coisas, eventos, ocorrências, por que então, como diria Austin, o preconceito contra os fatos? Por que pensar que, por serem eles comunicados através de sentenças assertivas, isso os torna intralingüísticos, como se a função de tais sentenças fosse a de afirmar o que elas próprias dizem, e não, como seria mais natural, a de representar descritivamente a realidade? Um argumento adicional é nos dado pela convicção que temos da existência de fatos acerca dos quais não temos conhecimento: é perfeitamente correta e trivial a afirmação de que inúmeros fatos empíricos nos são completamente desconhecidos. Se tais fatos fossem meras construções lingüísticas, eles teriam que ser conhecidos. Poder-se-ia aventar que tal

conclusão não é necessária, pois tratar-se-iam de construções potenciais, lingüisticamente irrealizadas. Mas isso não basta, pois se tal fosse o caso poderíamos vir a conhecer tais fatos sem recurso à experiência, através da mera articulação de novos enunciados.

Claro, a palavra 'fato' lembra em sua função palavras como 'existência', o que não passou despercebido a Austin. Fatos não são tão imediatamente empíricos como a dureza desta mesa, sua asperidade, sua cor; se supusermos que sua estrutura seja a de concatenações estáticas e contingentes de elementos categorialmente diversificáveis, eles podem ser considerados como *constituídos* em um sentido fraco da palavra, qual seja, no sentido de que eles dependem da maneira como seres cognoscentes escolhem (ou são compelidos a) dividir o mundo: aquilo que escolhemos tomar como elementos do que se dá em uma certa região espaço-temporal depende de nós, tanto quanto a escolha de uma dada concatenação desses elementos e não de outra. Mas isso não é razão para uma afirmativa tão forte como a do caráter não empírico daquilo que dividimos.

Finalmente, a questão da empiricidade dos fatos se confunde com a questão mesma da empiricidade. Parece que ao considerarmos as diferentes espécies de fatos empíricos, devemos admitir que eles possuem diferentes *níveis de empiricidade*, embora seja difícil explicar o que se possa querer dizer com isso. Elementos mais basicamente empíricos são, nos exemplos dados, a propriedade da capa do livro de ser azul, a ocorrência de uma alta temperatura criada pelo riscar do fósforo, a propriedade disposicional de certos gases de, quando aspirados, bloquearem a *cadeia* respiratória, etc. Também são usualmente chamados de empíricos objetos materiais como o livro, o carro na garagem, a perna do carteiro. Mas de que espécie é o fato institucionalmente determinado de que em um certo dia do ano deu-se um feriado escolar, ou o fato histórico criado pela travessia da fronteira italiana pelo exército de César? O conhecimento de tais fatos envolve mais do que elementos mais basicamente empíricos, como certos edifícios ou pessoas reais. Deveríamos considerar tais fatos como sendo apenas parcialmente empíricos, ou essencialmente não empíricos?

A resposta deve ser *não*, na medida em que seria um erro usarmos um conceito reduzido de empiricidade para defendermos que tais fatos não se encontram no mundo. Que o feriado escolar se deu e que César atravessou o Rubicão são fatos empíricos, pois o nosso conceito usual de empiricidade é suficientemente amplo para abranger fatos de tal natureza.(13)

Notas:

- (1) G. Patzig: "Satz und Tatsache", in: *Tatsachen, Normen, Satze*, Stuttgart 1980, pp. 15-16.
- (2) A. White: *Truth*, London 1970, p. 85.
- (3) E. Tugendhat, *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*, Frankfurt 1976, p. 62., J. Habermas, *Wahrheitstheorien*, in: Fahrenbach (ed.): *Wirklichkeit und Reflexion*, Pfullingen 1973, p. 215-216.
- (4) Ver A. J. Ayer: "Truth", in: *The Concept of a Person*, London 1963, pp. 172 ss.
- (5) Cf. J. L. Austin: "Unfair to Facts", in: *Philosophical Papers*, Oxford 1979, p. 170-171.
- (6) G. Patzig, "Das Problem der Objektivität und der Tatsachenbegriff", *ibid.*, p. 91. Cf. também P. F. Strawson: "Truth", in: *Logico-Linguistic Papers*, London 1971, pp. 197-8.
- (7) J. L. Austin: *ibid.*, p. 156.
- (8) L. Wittgenstein: *Philosophische Betrachtungen*, Frankfurt 1984, Anhang 1.
- (9) E. Tugendhat: *ibid.*, p. 163.
- (10) J. L. Austin: *ibid.*, p. 163.
- (11) P. F. Strawson, *ibid.*, p. 196.
- (12) J. L. Austin, *ibid.*, pp. 166-8.
- (13) Há algumas objeções que não foram consideradas. Uma delas é a de que fatos são o que (what) enunciados (quando verdadeiros) enunciam, e não aquilo sobre o que eles são (what they are about); outra é a de que fatos são expressos por enunciados, os quais, para serem verdadeiros, precisam se basear em fatos, e assim sucessivamente (há diversas variantes desta objeção). A distinção apontada na primeira objeção por Strawson (e repetida por Habermas) parece ser de um tipo tão intangivelmente sutil, que não seria de qualquer prejuízo para a linguagem se a invertêssemos afirmado que fatos não são o que enunciados enunciam, mas, evidentemente, *aquilo sobre o que eles são* (ver Austin, *ibid.*, pp. 168-69). A segunda objeção é relevante, mas para respondê-la seria necessário tematizar a questão da verdade, o que excede os estreitos limites deste artigo.